

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2014**

**(Da Sra. Keiko Ota)**

Modifica o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica o tipo penal de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

Art. 2º O Art. 315 Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei, ou assinar contratos públicos superfaturados, independentemente de ser beneficiário da conduta criminosa:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa.”

Art.3º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

As diversas formas de ilicitude ligadas ao emprego irregular de dinheiro público encabeçam as formas de crimes que tem mais contribuído para o descalabro em que se encontra a sociedade brasileira. É mister que se dê cobro a essas ilicitudes, tornando cada vez mais rigorosa a

legislação penal no que tange àqueles que delinquem quando deveriam ser depositários da confiança do Estado e dos cidadãos.

Entre os crimes que exigem melhor tratamento penal está o de emprego irregular de verbas ou rendas públicas. Os tribunais têm exigido que haja comprovação de utilização da verba para obtenção de vantagens para si, para condenação por este tipo penal. Por essa tecnicidade diversos agentes públicos cuja atividade criminosa é até mesmo óbvia acabam se escudando na alegação de que cometeram “meros erros”, quando na verdade não recebem o dinheiro desviado em nome próprio, mas utilizam os ditos “laranjas” para tal fim. Só que muitas vezes acabam sendo premiados com um passe livre pela justiça criminal.

Para que tal delito tenha tratamento mais adequado, propomos este projeto, a fim de tornar explícito que se trata de crime de mera conduta e não exige a recepção pessoal de vantagens, diretamente.

Cremos que assim será possível aperfeiçoar o tema, dando aos agentes públicos maior responsabilidade e tratamento mais rigoroso aos que chegarem a cometer ilícitos.

Conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição para moralização da coisa pública em nosso país, que é uma das aspirações maiores e mais legítimas do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2014.

Deputada KEIKO OTA